



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 01/2019

Período: 02/02/2019 – 08/02/2019

GEDES - UNESP

- 1- Reforma da previdência deve envolver militares
- 2- Representantes militares do governo federal mostraram-se resistentes à participação brasileira na crise na Venezuela
- 3- Portaria do Gabinete de Segurança Institucional modificou critérios para a classificação de dados
- 4- Governo federal pretende interromper pagamento de indenizações a anistiados
- 5- Embraer Defesa e Segurança fechou negócio com governo nigeriano

1- Reforma da previdência deve envolver militares

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a proposta de reforma da Previdência deve incluir modificações na contribuição previdenciária de militares das Forças Armadas. De acordo com o *Correio*, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, afirmou que o aumento do tempo mínimo contribuição de militares de 30 para 35 anos está “pacificado”. Segundo o *Correio* e *O Estado*, Mourão se reuniu no dia 01/02/18 com o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo, o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, o ministro da Secretaria de Governo, general Carlos Alberto dos Santos Cruz e com os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para discutir o tema. De acordo com o porta-voz da presidência da República, general Otávio do Rêgo Barros, a estratégia para reforma será definida pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, em “diálogo consensual” com o Congresso Nacional. De acordo com *O Estado*, a contribuição previdenciária de militares temporários, que permanecem nas Forças Armadas por no máximo oito anos, deve ser utilizada para suprir o déficit da Previdência. No modelo atual, o tempo de serviço nas Forças Armadas é contabilizado, mas a contribuição não é repassada para o sistema civil. Em coluna opinativa para a *Folha*, a jornalista Julianna Sofia afirmou que a adesão dos militares à reforma da Previdência seria condicionada à revisão do plano de carreira das Forças Armadas e a aumentos salariais. O ministro da Defesa afirmou que os militares possuem “uma defasagem salarial”. Segundo *O Estado* e o *Correio*, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou no dia 07/02/19 que “os militares vão conosco na reforma, mas não na Proposta de Emenda à Constituição (PEC)”. Guedes ressaltou que “os militares alegam, com razão, que eles foram deixados para trás”, remetendo a alterações nas folhas de pagamentos e legislações que não são

aplicadas a outros servidores públicos. (Correio Braziliense – Economia – 02/02/19; Correio Braziliense – Política – 08/02/19; Folha de S. Paulo – Opinião – 02/02/19; O Estado de S. Paulo – Economia – 02/02/19; Estado de S. Paulo – Economia – 05/02/19; O Estado de S. Paulo – Economia – 08/02/19)

2- Representantes militares do governo federal mostraram-se resistentes à participação brasileira na crise na Venezuela

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, representantes do núcleo militar do governo federal comunicaram a diplomatas do Ministério das Relações Exteriores a resistência das Forças Armadas a “qualquer tipo de missão brasileira” na crise venezuelana. Entre os riscos enumerados, os representantes indicaram a dificuldade logística da ação e a possibilidade de algum incidente grave envolvendo um brasileiro abrir “um caminho sem volta na relação entre os dois países”. O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, afirmou que o governo ainda avalia uma forma de envio de ajuda humanitária ao país vizinho. No dia 05/02/18, durante visita à capital estadunidense, Washington, Araújo descartou a possibilidade de receber tropas estadunidenses em território brasileiro para participar na resolução da crise na Venezuela. “Qualquer que seja a maneira de fazer chegar ajuda humanitária, temos certeza que não é necessário ter tropas americanas ou de outro país”, afirmou o ministro. Araújo complementou: “nós teríamos condições de proporcionar a logística para isso com nossos próprios meios”. (O Estado de S. Paulo – Política – 06/02/18; O Estado de S. Paulo – Internacional – 06/02/18)

3- Portaria do Gabinete de Segurança Institucional modificou critérios para a classificação de dados

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, delegou ao diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) a responsabilidade de classificar informações nos graus “ultrassegredo” e “segredo”, através de uma portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU). O período de sigilo para essas categorias é de 25 e 15 anos, respectivamente, renováveis por igual período. Essa medida foi a primeira fundamentada no Decreto nº 9.690/2019, assinado pelo vice-presidente da República, general Hamilton Mourão. Segundo o *Correio*, a nova regra alterou a regulamentação da Lei de Acesso à Informação (LAI), propiciando um aumento no número de servidores autorizados a classificar dados sigilosos do governo. A classificação de informações “ultrassegretas” anteriormente era prerrogativa exclusiva do presidente da República, do vice-presidente, de ministros de Estado e comandantes das Forças Armadas. Segundo o jornal, Mourão justificou a medida como uma forma de “desburocratizar” o acesso a dados, porém, especialistas demonstraram preocupação com a medida. (Correio Braziliense – Política – 07/02/2019)

4- Governo federal pretende interromper pagamento de indenizações a anistiados

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o governo federal pretende interromper o pagamento de R\$ 7,4 bilhões em indenizações concedidas pela Comissão de Anistia a ex-militares da Força Aérea Brasileira (FAB). O montante corresponde a valores retroativos a medidas tomadas durante os governos dos ex-presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Segundo o periódico, a União pagou R\$ 3,5 bilhões em indenizações a ex-militares anistiados do Exército, da Marinha e da FAB até 2018. Os requerimentos de indenizações alegaram perseguição política entre

1946 e 1988. A lista de indenizações que podem ser interrompidas inclui soldados e sargentos da FAB que protagonizaram revoltas contra o então presidente da República, João Goulart, às vésperas do golpe de 1º de abril de 1964. Segundo *O Estado*, militares da cúpula das Forças Armadas e ministros do governo consideraram o pagamento de indenizações a ex-membros da FAB um “absurdo”. De acordo com o jornal, o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, afirmou que a pasta não teria verba suficiente para indenizar dispensados pela FAB em 1964. O ministro ressaltou que o processo de concessão de indenizações não analisou “caso a caso”, mas sim declarou “decisões em bloco”. (O Estado de S. Paulo – Política – 06/02/19; O Estado de S. Paulo – Política – 08/02/19)

5- Embraer Defesa e Segurança fechou negócio com governo nigeriano

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Embraer Defesa e Segurança vendeu 12 aeronaves modelo A-29 Super Tucano para o governo da Nigéria. A venda foi estimada em US\$ 250 milhões. De acordo com o jornal, os aviões serão fabricados em uma fábrica da empresa na cidade de Jacksonville, no estado da Flórida. As aeronaves de ataque leve serão utilizadas pelo governo nigeriano em missões de suporte aéreo tático durante operações contra rebeldes no norte do país. (O Estado de S. Paulo – Negócios – 08/02/2019)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestre em Relações Internacionais); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Junior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Débora Maria dos Reis Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).

